



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0010916-11.2014.8.24.0600

Ação: Inspeção / Inspeção

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 16/2014

Período da inspeção: 26 de maio de 2014 e 28 de julho de 2014

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessora Técnica Correicional: Izaura Elfrida Hack

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: Karolina Oliveira Fontanela



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional inspecionada após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas no Ofício Circular CGJ/SC n. 18/2014 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ/Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



UNIDADE INSPECIONADA

Comarca: Joinville

Unidade: 2ª Vara da Fazenda Pública

Municípios integrantes: Joinville

Juiz Titular: Roberto Lepper

Chefe de cartório: Natalia Radtke

Última inspeção por equipe da CGJ/SC: 26-2-2007 a 16-3-2007

Competência: Res.6/2005 "[...]III – na comarca de Joinville:a) cria-se a 2ª Vara da Fazenda Pública, com competência privativa para processar e julgar execuções fiscais de qualquer origem e natureza, ações de Direito Tributário – inclusive mandado de segurança, *habeas data*, ação popular e ação civil pública referentes a atividade estatal de tributar – e causas provenientes desses feitos;[...]"

Res.02/2008 "[...]Art. 1º Funcionará, anexa à 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville, a Unidade Regional de Direito Tributário e Execuções Fiscais do Estado de Santa Catarina.§ 1º A Unidade terá competência para processar e julgar:I – as execuções fiscais, bem como os embargos e as ações a eles conexas, em que figure num dos pólos o Estado de Santa Catarina e no outro parte domiciliada nos territórios das comarcas de Araquari, Garuva, Itapoá e São Francisco do Sul;II – as ações de natureza tributária em que, no âmbito das comarcas enumeradas no inciso "I", figure num dos pólos o Estado de Santa Catarina, inclusive mandado de segurança, *habeas data*, ação popular e ação civil pública referentes a atividade estatal de tributar[...]"

Entrância: Especial

Data da instalação/ lei de criação: 23/08/2005 – LC 224/2002



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ 5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

| | Indicador | Valor | |
|---|---|-------|------------------------|
| 1.1.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | 613 | |
| 1.1.2 | Processos em andamento | 560 | |
| 1.1.3 | Procedimentos em andamento | 53 | |
| 1.1.4 | Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias | 20 | |
| 1.1.4.1 | Ag. Encerramento do ato | 10 | |
| 1.1.4.2 | Concluso - Urgente | 6 | |
| 1.1.4.3 | Concluso para despacho inicial | 1 | |
| | Indicador | Valor | |
| 1.1.5 | Outros setores | Total | Total mais de 100 dias |
| 1.1.5.1 | Contadoria | 1 | 0 |
| 1.1.5.2 | Ministério Público | 0 | 0 |
| 1.1.5.3 | Serviço Social | 0 | 0 |
| 1.1.5.4 | Tribunal de Justiça | 2 | 2 |
| 1.1.6 | Observações | | |
| Informações obtidas em 8-9-2014. O SAJ5 foi instalado na unidade em março/2014 Existem 25.145 execuções fiscais municipais e 6.523 execuções estaduais que estão tramitando totalmente no SAJ5 (processos eletrônicos), cuja competência na tramitação é do Crepe do Tribunal de Justiça. Atualmente os novos processos de execuções fiscais municipais e estaduais são ajuizados totalmente na forma eletrônica. | | | |



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ/ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

| | Indicador | | Valor |
|-------|---|-------|-------|
| 1.2.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | | 4.144 |
| 1.2.2 | Processos em andamento | 4.066 | |
| 1.2.3 | Procedimentos em andamento | 78 | |
| 1.2.4 | Processos sem movimento há mais de 180 dias | 795 | |
| 1.2.5 | Observações | | |

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2014.

PROCESSOS EM CARGA

| | Indicador | | Valor |
|--------|---|-------|------------------------|
| 1.2.6 | Quantidade total de processos em carga | | 2.025 |
| | LOCAL | Total | Total mais de 100 dias |
| | Cargas internas | | |
| 1.2.7 | Contadoria | 23 | 3 |
| 1.2.8 | Distribuição | 18 | 7 |
| 1.2.9 | Juiz | 1.840 | 938 |
| 1.2.10 | Ministério Público | 10 | 0 |
| 1.2.11 | Serviço Social | 0 | 0 |
| | Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ | | |
| 1.2.12 | Advogado | 130 | 58 |
| 1.2.13 | Defensoria Pública | 3 | 0 |
| 1.2.17 | Perito | 1 | 0 |
| 1.2.19 | Observações | | |

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2014.

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

| | Período | Total | Média mensal |
|--------|----------------------------|-------|--------------|
| 1.2.20 | Janeiro a dezembro de 2012 | 3.736 | 311 |
| 1.2.21 | Janeiro a dezembro de 2013 | 1.243 | 103 |
| 1.2.22 | Janeiro a agosto de 2014 | 854 | 106 |
| 1.2.23 | Observações | | |

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|--------|--|--|----------------------|---------------------|
| 1.3.1 | Processos ativos sem localização física há mais de 30 dias | O relatório não deve trazer registro | 1 | 0 |
| 1.3.2 | Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo" | | 5 | 1 |
| 1.3.3 | Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - CERC", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos" | | 342 | 2 |
| 1.3.4 | Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)" | | 68 | 0 |
| 1.3.5 | Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido") | | 0 | 1 |
| 1.3.6 | Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados | | - | 28 |
| 1.3.7 | Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos | | - | 13 |
| 1.3.8 | Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC | O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.3.9 | Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA | O relatório não deve trazer registro | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.3.10 | Observações | a) Data primeira verificação: 23/05/2014. a.1) Itens 1.3.6 e 1.3.7: não é possível, por ora, a extração dos referidos relatórios b) Data segunda verificação: 8-9-2014 c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade. | | |



| 1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS | | | | | |
|--|--|----------------------|-------|---------------------|-------|
| | Indicador | Valor | | | |
| | | Primeira verificação | | Segunda verificação | |
| | | Total | + 30d | Total | + 30d |
| | Atendimento | | | | |
| 1.3.11.1 | Cartório - recebido do advogado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Remessa - recebimento - relação - certificação | | | | |
| 1.3.11.2 | Cartório - aguardando | 31 | 3 | 118 | 7 |
| 1.3.11.3 | Cartório - aguardando AR | 46 | 12 | 39 | 10 |
| 1.3.11.4 | Cartório - aguardando carta precatória | 35 | 18 | 52 | 26 |
| 1.3.11.5 | Cartório - aguardando confecção de relação | 422 | 178 | 126 | 25 |
| 1.3.11.6 | Cartório - aguardando mandado | 98 | 21 | 63 | 13 |
| 1.3.11.7 | Cartório - aguardando publicação de relação | 373 | 38 | 310 | 113 |
| 1.3.11.8 | Cartório - arquivar | 67 | 18 | 8 | 3 |
| 1.3.11.9 | Cartório - escaninho da Delegacia | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.10 | Cartório - escaninho do Advogado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.11 | Cartório - escaninho do Juiz | 231 | 29 | 180 | 61 |
| 1.3.11.12 | Cartório - escaninho do Juiz (assinaturas) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.13 | Cartório - escaninho do Promotor | 44 | 3 | 23 | 0 |
| 1.3.11.14 | Cartório - prazo 1 a 31 | 222 | 107 | 121 | 31 |
| | Expedição - cumprimento | | | | |
| 1.3.11.15 | Cartório - cumprir despacho | 45 | 21 | 114 | 17 |
| 1.3.11.16 | Cartório - cumprir despacho urgente | 89 | 57 | 22 | 13 |
| 1.3.11.17 | Cartório - expedir alvará | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.18 | Cartório - expedir correspondência | 123 | 102 | 56 | 38 |
| 1.3.11.19 | Cartório - expedir edital | 20 | 20 | 2 | 0 |
| 1.3.11.20 | Cartório - expedir formal | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3.11.21 | Cartório - expedir mandado | 98 | 70 | 35 | 19 |
| 1.3.11.22 | Cartório - expedir precatória | 34 | 33 | 0 | 0 |
| | Organização - juntada | | | | |
| 1.3.11.23 | Cartório - aguardando juntada | 117 | 9 | 17 | 0 |
| 1.3.11.24 | Cartório - aguardando petição | 175 | 24 | 60 | 7 |
| 1.3.11.25 | Cartório - aguardando resposta de ofício | 62 | 50 | 19 | 7 |
| 1.3.11.26 | Observações | | | | |
| | a) Data primeira verificação: 23-5-2014 | | | | |
| | b) Data segunda verificação: 4-9-2014 | | | | |



1.4 SAJ/CARTÓRIO

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|--|---|----------------------|---------------------|
| 1.4.1 | Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias. | O relatório não deve trazer registro | 29 | 0 |
| 1.4.2 | Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias. | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.3 | Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias. | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.4 | Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias. | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.5 | Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias. | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.6 | Réu preso | O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais | Não se aplica | Não se aplica |



| | | | | |
|--------|--|---|---------------|---------------|
| 1.4.7 | Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1/1/1900 a 30/04/2014) | O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes | 3.063 | 892 |
| | Petição intermediária | | 302 | 100 |
| | Peticionamento eletrônico | | 81 | 0 |
| | Mandados | | 81 | 4 |
| | AR | | 76 | 38 |
| | Execução de sentença | | 0 | 0 |
| | Incidente processual | | 1 | 0 |
| | Ação incidental | | 0 | 0 |
| | Movimentação | | 642 | 396 |
| | Pauta de audiências | | 54 | 0 |
| | Carga | | 307 | 146 |
| | Cartas recebidas | | 16 | 7 |
| | Processo | | 1.062 | 58 |
| | Recurso | | 1 | 0 |
| | Usuário | 441 | 143 | |
| 1.4.8 | Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo" | | 4 | 1 |
| 1.4.9 | Mandados de prisão em aberto com erros | | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.4.10 | Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias | | 9 | 1 |
| 1.4.11 | Observações | | | |

a) Data primeira coleta de dados: 23-5-2014.
a.1) Item 1.4.8: dos 4 processos, 2 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 2 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".
b) Data segunda coleta de dados: 8-9-2014.
b.1) Item 1.4.1: "Não foram verificados os registros anteriores em face da Circular n.120-2014, que fixou novo parâmetro para regularização a partir de 1-7-2012.
b.2) Item 1.4.8: foi encontrado somente 1 processo com registro de local físico sala de arquivo" e nenhum registro com o local físico "arquivo central"



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|--|--------------------------------------|----------------------|---------------------|
| 1.5.1 | Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas). | | 4.170 | 14 |
| 1.5.2 | Meta 2 do CNJ - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2006. Processos ativos de competência do Tribunal do Júri e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2007. | O relatório não deve trazer registro | - | 376 |
| 1.5.3 | PJP (programa de julgamento prioritário) - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2008 - processos cíveis, criminais e de competência do Tribunal do Júri. | | - | 720 |
| 1.5.4 | Observações | | | |

a) Data primeira verificação: 23/05/2014.
a.1) Itens 1.5.2 e 1.5.3: não é possível, por ora, a extração dos referidos relatórios
b) Data segunda verificação: 8-9-2014



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|---|--|-------------------------|-------------------------|
| 1.6.1 | JUSTIÇA ABERTA - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1) | As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Corretamente alimentado | Corretamente alimentado |
| 1.6.2 | SNBA – Sistema Nacional de Bens Apreendidos | Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.6.3 | SNCI – Sistema Nacional de Controle de Interceptações | As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.6.4 | CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais | As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido | Não se aplica | Não se aplica |
| 1.6.5 | CNCIAI - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade | As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória | Corretamente alimentado | Corretamente alimentado |
| 1.6.6 | Observações | | | |

a) Data primeira verificação: 23/05/2014.

a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 13/05/2014

a.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em 3 classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro Foro" e "recebido em outro Foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

b) Data segunda verificação: 4-9-2014.

b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 2-9-2014.

b.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em 3 classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro Foro" e "recebido em outro Foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



2.3 CUIDA - CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO

| | Indicador | Padrão de conformidade | Primeira verificação | Segunda verificação |
|-------|---|---|----------------------|---------------------|
| 2.3.1 | Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento) | As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ | Não se aplica | Não se aplica |
| 2.3.2 | Observações | Não se aplica em face da competência da unidade. | | |



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ/Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o presente relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade inspecionada.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 15 de setembro de 2014.

Izaura Elfrida Hack
Assessora Técnica Correicional – Mat. 1.230

Karolina Oliveira Fontanela
Analista Jurídico - Mat.23.561